## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Estabelece o Projeto de Incentivo à Leitura para os estudantes das escolas da rede de ensino pública e privada.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o Projeto de Estímulo à Leitura - PEL para os estudantes das escolas públicas e particulares.

Art. 2º São orientações do Projeto de Estímulo à Leitura - PEL: I – O avanço na qualidade de ensino;

 II – Viabilizar o direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

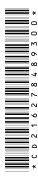
III – A apuração da leitura e da escrita como direito de todos e dever do Estado e da família, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, correlato ao direito à Educação, e sua garantia com vistas a assegurar as condições para o exercício da cidadania, para viver com uma melhor qualidade de vida e para contribuir com a construção de uma geração mais justa;

IV – Incentivo aos gestores e professores da rede pública e privada de ensino na qualificação de estratégias de ensinoaprendizagem aptas à formação de leitores.

## Art. 3° São objetivos desta Lei:

 I - A universalização do acesso ao livro, a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro em suas mais variadas plataformas;





- III O enaltecimento da leitura e de seu valor simbólico e institucional por meio da política educacional, inserida no projeto político pedagógico de cada instituição escolar;
- IV- O progresso da economia do livro e a geração de empregos no setor como estímulo à produção intelectual, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro e, em especial, à doação de livros por empresas, entidades do terceiro setor e até mesmo o meio social;
- V Fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.
- Art. 4º A aplicação das ações pedagógicas, as estratégias de avaliação e o monitoramento do projeto serão realizados diante a instituição de ensino responsável.
- Art. 5º Para o sucesso das ações, o Poder Executivo por meio de ato regulatório, poderá firmar convênios não onerosos com editoras, distribuidoras de livros e livrarias para doação de livros, revistas e periódicos.
- Art. 6º A distribuição dos materiais será realizada preferencialmente por correio ou em pontos de entrega atrelados aos estabelecimentos definidos em dispositivo legal próprio como serviços essenciais pelo Governo do Distrito Federal.
- Art. 7º O Projeto de Estímulo à Leitura PEL se integrará à política educacional do Governo Federal.
  - Art.8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**





O presente Projeto de Lei que foi exposto busca criar medidas de acesso aos estudantes da Rede de Ensino a ações pedagógicas pelo incentivo da leitura





e produção de conhecimento. Fundamenta -se também na necessidade de fortalecer a prática da leitura como estímulo ao pensar e como medida indispensável ao aperfeiçoamento da qualidade da Educação no Brasil.

Contudo, o PL está baseado em duas premissas, organizadas a partir da elaboração de projetos pedagógicos de natureza interdisciplinar pelas intuições regionais de ensino. A primeira é o incentivo à doação de livros pelo setor livreiro e por pessoas físicas e jurídicas, por meio de campanhas específicas e atividades a serem definidas por cada núcleo pedagógico. Sabe-se que ler e recuperar as práticas de contar histórias, discutir o significado das histórias escritas é de suma importância no exercício do ato de pensar, interpretar e na construção do conhecimento vinculado a gerações futuras.

Por fim, a leitura apresentada de maneira diversificada e lúdica estimula a troca de experiências, a pesquisa, a comunicação, o debate e a busca por soluções dos problemas enfrentados na escola, no bairro, na cidade, no país e no mundo. Ao mesmo tempo aproxima pais, estudantes, escola, cidade, país e mundo para relações e amplia horizontes, envolve a todos na solução dos desafios comuns e, com isso, aumentam a capacidade de interação, promovendo o exercício pleno de cidadania

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado JOSÉ NELTO



